



Jussara Cony

INFORMATIVO DA BANCADA ESTADUAL DO PC do B - JULHO/96



Estado do Rio Grande do Sul
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DIRETORIA DE PATRIMÔNIO
E MATERIAL

Desemprego: a cara do neoliberalismo

“Um homem sem trabalho não tem honra
E sem a sua honra se morre, se mata.
Não dá pra ser feliz
Não dá pra ser feliz...”
(Canção Guerreiro Menino, Gonzaguinha)

Um dos mais graves problemas sociais do mundo contemporâneo é o desemprego. É uma chaga dos tempos da “estrela neoliberal” que afunda milhões na marginalidade.

O Plano Real, que se enquadra na estratégia de desenvolvimento dependente, desacelerou a economia brasileira, aprofundando as dificuldades, aumentando o desemprego e a massa de excluídos. Estudos demonstram que existe no País 35 milhões de desempregados, subempregados e de trabalhadores sem carteira assinada. Isso significa que 13% da população economicamente ativa está sem emprego!

Além disso, a política EFHCionista de abertura indiscriminada da economia, com redução de alíquotas de importação tem levado à falência milhares de micro, pequenas e médias empresas e ao sucateamento do parque nacional industrial. Setores importantes como o coureiro-calçadista, o vinícola, o têxtil e o de máquinas agrícolas estão sem saída, colocando milhares de trabalhadores na rua.

O caminho escolhido por FHC tem respaldo no Congresso Nacional cuja maioria, submissa e fisiológica, a peso de ouro e negociatas, vota as reformas do Estado, da Previdência e Administrativa que, em essência, se

constituem nas modificações que o capital financeiro internacional impõe ao País com o objetivo de liquidar o setor produtivo brasileiro, de atacar o conjunto dos direitos políticos e sociais garantidos na Constituição e de desmontar o Estado Nacional afastando-o de suas obrigações constitucionais.

A realidade é contundente: a taxa de desemprego cresce a cada dia e não há solução se mantido o atual projeto neoliberal!

No Rio Grande do Sul, devido às características de nossa economia, os efeitos da política cambial e de juros contidas no Plano Econômico de FHC não se fizeram esperar: crescimento de inadimplência, com graves prejuízos para a agricultura, comércio e indústria e os trabalhadores são demitidos como forma de enfrentar a crise. Na região metropolitana já são 194 mil desempregados. No Estado, 650 mil!

Nesse cenário sombrio armadilhas são montadas. A recessão é usada para defender a redução dos encargos trabalhistas e da jornada de trabalho com redução de salário.

E a “saída” do fiel seguidor do FHC no Rio Grande do Sul, Antônio Britto, é o desmonte do serviço público e a penalização dos servidores, como se fossem os vilões da crise.

Na televisão, contratando artistas do centro do País, passa o engodo do RS-Emprego quando, na verdade, patrocina o RS-DESEMPREGO, através de seu Programa de Demissões Voluntárias (PDV) que, de voluntário, só tem o nome já que, às vésperas da votação na Assembleia Legislativa, ordenou a entrega de aviso-prévio a vários setores. Ou se demite “voluntariamente” ou rua! Sem absolutamente nenhum direito!

E, para demitir servidores e desmontar o Estado, buscou empréstimo junto à Caixa Econômica Federal, comprometendo a autonomia e independência do Rio Grande.

O mesmo Governador que afirma que compromete 90% da receita na folha de pagamento (sem dizer porque a arrecadação diminuiu) e que “precisa se adequar à Lei Camata” concede imensos benefícios para os grandes empresários e industriais, através do PROPLAST, do PRIN e do FUNDOPEM, ou seja: recursos públicos para a iniciativa privada!

Vai além o Governador: quer implantar no Rio Grande a política de “redução da jornada de trabalho com redução salarial”. Instala no Estado um clima de terror, desviando a atenção dos verdadeiros vilões da crise: os que, como ele e FHC, dão sustentação a uma política econômica que implanta um projeto que inviabiliza nossa dignidade como Nação!

A tudo isso é necessário reagir! E agir! Sabemos que só profundas transformações estruturais e alterações radicais na política econômica poderão erradicar o desemprego e levar o País a um desenvolvimento soberano. Mas é preciso, ao mesmo tempo em que buscamos essas alterações, tomar iniciativas que aliviem essa terrível situação, como o projeto nº 494/95 que assegura o fornecimento de água e luz ao trabalhador desempregado. Por isso, ganhar as ruas na busca de um milhão de assinaturas para a Proposta de Emenda Constitucional nº 231/95, que reduz a jornada de trabalho para 40 horas semanais é tarefa de todos os que têm compromisso de resistir ao projeto neoliberal.

Lutar pela geração de empregos é buscar um projeto de desenvolvimento para o Brasil, soberano, voltado às necessidades de nosso povo!

Resistir ao projeto das elites é abrir caminhos para a unidade de amplos setores, tão necessária para o avanço de um novo projeto que garanta dignidade e vida para a nação brasileira. Nação que seguirá sua trajetória rumo a uma sociedade socialista!

ELEIÇÕES 96

As forças políticas concentram suas principais preocupações e articulações na preparação das eleições municipais deste ano. O PC do B assim o faz, devido à importância que este embate assume.

Sem dúvida, as eleições municipais se revestem de importância porque é no município que a população sofre os reflexos da atual política que significa desemprego, falta de moradia, de atendimento à saúde, entre outros.

No entanto, longe de ser apenas uma disputa para decidir quem vai dirigir as prefeituras e compor as câmaras de vereadores, a eleição de outubro é encarada como uma batalha visando a conquista de posições para uma disputa maior que se dará em 1998.

Para o projeto neoliberal e seus aplicadores – FHC e Britto – garantir a eleição de prefeitos e vereadores significa criar melhores condições para dar continuidade ao seu plano de desmonte da nação, ataque à democracia e eliminação dos direitos dos trabalhadores.

Não será fácil a batalha. O momento em que vivemos, com a exclusão de milhões de trabalhadores, dificulta a participação popular. Entretanto, a cada dia, a sociedade vai se apercebendo dos sacrifícios impostos. As manifestações populares dos sem-terra, dos estudantes e dos trabalhadores, são indicativos de que o povo, apesar da poderosa e mentirosa campanha da mídia, vai se dando conta de que é preciso ir à luta contra os governos FHC e Britto.

DAR A VOLTA POR CIMA

O PC do B, que em nenhum momento deixou de denunciar com firmeza o projeto das elites e que apresenta o Socialismo como alternativa de soberania, progresso e bem-estar social tem alternativas concretas para enfrentar os problemas dos municípios, através da mais ampla unidade popular e firmeza no combate às candidaturas que representam FHC e Britto. É chegado o momento de tirar a máscara!

Britto promove o desmonte do Estado

O Rio Grande do Sul está vivendo uma das piores crises de ordem econômica e social, provocada pela política de desmonte do Estado adotada pelo governador Antônio Britto, fiel seguidor das ordens neoliberais de seu "mestre" Fernando Henrique Cardoso.

Como se não bastassem os mais de 650 mil desempregados do Estado, oriundos das demissões em massa de indústrias gaúchas, o Governador resolve enxugar sua máquina administrativa colocando no olho da rua milhares de servidores públicos, como se fossem os responsáveis por essa crise. Para concretizar sua "reforma" apresentou o Programa de Demissões Voluntárias que representa, acima de tudo, o pouco interesse que o Governador demonstra em resolver a questão do desemprego que assola o País e o Estado. Pior ainda: é um verdadeiro plano de terror, onde o funcionário não tem escolha. Ou

adere ao PDV, ou é demitido, sem direito nenhum.

Nem mesmo a Caixa Econômica Estadual, que desempenha importante função social servindo a pequenos e médios poupadores escapou das garras neoliberais de Britto: mais de 500 celetistas não estáveis, funcionários oriundos dos extintos Sulbrasileiro, Habitasul e Fin-hab foram demitidos, atingindo setores estratégicos da autarquia, como a informática e a compensação.

Como mais um ataque aos trabalhadores, o governo anuncia que vai encaminhar projeto de lei modificando a estrutura da remuneração, através da diminuição da jornada de trabalho com redução de salário. Na verdade, o que se pretende é o desmonte do Estado. A estrutura estatal, nas mãos de Britto, têm servido para repassar recursos e incentivos aos grandes grupos econômicos do Estado, estabelecer privilégios e

atender aos interesses do setor industrial privado.

Enquanto o Governador utiliza recursos públicos para demitir, fazer propaganda enganosa e financiar a iniciativa privada, a saúde agoniza e o sistema educacional vive um clima de terror e destruição. Para ele, certamente, estes dois setores não são mais função do Estado. Não cumpre os 10% do orçamento para a saúde, inviabilizando a implantação do SUS. Já a lei de Gestão Democrática para a escola pública decreta o fim do sistema estadual de ensino, promove a progressiva privatização da educação pública e impede a estruturação de uma ação pedagógica de qualidade e democrática.

As regras do jogo estão claras: o que Britto quer, seguindo às ordens de FHC, é entregar o dinheiro público e o patrimônio do Estado, a troco de nada, aos grandes grupos econômicos.

Marco Aurélio Couto

Atividade Parlamentar

Tem sido intensa a atuação da deputada Jussara Cony no Parlamento. Suas proposições buscam sempre a justiça social, servir à causa dos trabalhadores, das mulheres e valorizar a cultura de nosso Estado

Bancos de fibra

No final do mês de junho a Assembleia Legislativa aprovou o Projeto de Lei nº 59/96, da deputada Jussara Cony que proíbe o uso de bancos de fibra nos ônibus que realizam o transporte intermunicipal de passageiros.

Conforme o projeto, a retirada dos bancos de fibra prende-se ao fato dos mesmos não apresentarem os requisitos de conforto para a postura, causando enormes danos à saúde dos usuários. Segundo estudos feitos pela Ciente, os bancos de fibra têm assentos posicionados em um ângulo de aproximadamente 80 graus, na relação encosto-assento, insuficiente para o padrão humano. Além disso, as vibrações e impactos durante a movimentação dos ônibus são transmitidos diretamente aos passageiros, na medida que inexistem dispositivos de absorção de choques e vibrações no sistema de fixação do assento no veículo.

Para Jussara a aprovação deste projeto irá preservar a dignidade do usuário, que não pode ficar sujeito a viajar longos percursos sem o mínimo de comodidade e propenso a sérios problemas de saúde.

Assédio sexual

Preocupada com as frequentes denúncias de assédio sexual que chegam ao seu gabinete, a deputada Jussara Cony elaborou um projeto de lei que regulamenta o tema no serviço público.

Conforme o texto do projeto, considera-se assédio sexual todo o tipo de importunação ofensiva ao pudor e à tranquilidade de uma pessoa, seja homem ou mulher, com a finalidade de obter vantagem sexual, implicando em dano ao ambiente de trabalho, à evolução na carreira

profissional ou à eficácia do serviço. O projeto assegura que, uma vez efetuada a denúncia, será imediatamente instaurado processo administrativo disciplinar para apuração dos fatos que poderá resultar em repreensão, suspensão e multa e até mesmo em demissão do servidor acusado.

Uma pesquisa realizada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) aponta que, no Brasil 52% das mulheres economicamente ativas já foram assediadas sexualmente. No entanto, os estudos da entidade ressaltam que os índices podem ser mais altos, pois as vítimas, por medo de represálias, tendem a ocultar a ocorrência.

Para Jussara, o assédio não tem fronteiras de classe social, etnia ou cor e ocorre em qualquer lugar de trabalho, como no serviço público estadual. "Por isso é preciso aprovarmos esse projeto de lei para que se estabeleça medidas de punição e mecanismos para se evitar injustiças e perseguições".

O Gabinete da deputada Jussara Cony vem recebendo apoio de várias entidades do Rio Grande do Sul preocupadas com este problema, ainda tão frequente, enfrentado pelos servidores públicos estaduais. Neste sentido, estão sendo coletadas assinaturas para pressionar o Legislativo Gaúcho a aprovar o projeto regulamentando o assédio sexual.

Obras de arte em prédios públicos

Para incentivar a produção artística do Estado a deputada Jussara Cony apresentou projeto de lei que inclui obras de arte em projetos arquitetônicos a serem edificados no Rio Grande do Sul.

Conforme o Projeto, todo o prédio público a ser construído, com área bruta maior que 2.000 m², deverá incluir em seu projeto arquitetônico obra de arte de artista plástico em lugar de destaque e de fácil visibilidade externa. As obras deverão ser executadas com material de longa duração sob várias formas de expressão artística como quadros, painéis, murais, esculturas e artesanatos.

Jussara Cony informa que a seleção dos trabalhos será feita através de concurso público, sendo que o artista para participar da seleção deverá ser residente e domiciliado no Estado. Acrescenta, também, que a aprovação deste projeto propiciará o embelezamento dos prédios públicos e incentivará o turismo no Estado.

EXPEDIENTE

Jussara Cony
Informativo da Bancada do PC do B
Jornalista Responsável: Denise Campão.
MTB. 5695
Assembleia Legislativa - 8º andar - sala 809
Praça da Matriz, s/nº - CEP 90010-900
Porto Alegre, RS
Fone: (051) 210.2440
FAX (051) 210.2367
Produção gráfica: Corag



Projeto de Jussara mobiliza trabalhadores

No final do ano passado a Assembleia Legislativa aprovou um importante projeto da deputada Jussara Cony que assegurava que o fornecimento de água e luz aos trabalhadores desempregados somente seria suspenso após seis meses de atraso no pagamento.

Não levando em conta a decisão do Legislativo, Britto se voltou contra os trabalhadores e vetou o projeto argumentando que o mesmo invade a competência do poder executivo e criaria um privilégio condenável. "Só que não usou o mesmo critério para os arroteiros do Estado que estão pagando, em suas prestações, suas contas de luz vencidas há mais de um ano, sem terem o fornecimento cortado", afirma Jussara. Já muitas prefeituras e empresários inadimplentes têm suas dívidas perdoadas. "Qual o critério, então, do senhor Governador?" questiona Jussara.

Apesar da mobilização da sociedade e do movimento sindical e popular que lotou as galerias do Plenário da Assembleia Legislativa, faltou apenas um voto para que, no final de março, fosse derrubado o veto do Governo a um projeto que iria amenizar os efeitos cruéis do desemprego - chaga da política neoliberal adotada por FHC e Britto.

Para a deputada comunista, a ampla mobilização de trabalhadores de todo o Rio Grande mostrou que razões não faltavam para a derrubada do veto. "Razões que se fundamentam na dignidade e na honra dos que constroem a riqueza de nosso Estado".



A luta pelo direito de morar

Vítimas da injustiça social, da falta de uma política habitacional, milhões de famílias brasileiras moram em favelas, cortiços e loteamentos clandestinos. Mesmo assim, correm o risco de serem expulsas

Os problemas da atual situação da habitação estão relacionados com a falta de políticas urbana e agrária para o País. Cerca de 83% das terras produtivas rurais do Brasil estão nas mãos de 10% de proprietários. Este nível de concentração de terras contribui para que o Brasil tenha um dos piores índices de desigualdade econômica do mundo. Isto, graças as orientações neoliberais e a pressão que os países ricos exercem sobre os países dependentes – como o Brasil –, impondo um abandono dos programas sociais públicos.

Desde 1983 tenta-se aprovar, no Congresso Nacional, um projeto de desenvolvimento urbano para o país. Durante a Constituinte de 1988, um fórum de nível nacional, integrado por movimentos de moradia de todo o Brasil, elaborou uma proposta de emenda instituindo mecanismos que, se aplicados, coibiriam a especulação imobiliária e permitiriam a gestão democrática das cidades. Esta emenda obteve 135 mil assinaturas no país e teve como resultado a inclusão, na Constituição, de um capítulo específico para a política urbana.

Em 1990, foi aprovado pelo Senado Federal, o projeto de lei chamado de Estatuto da Cidade, que regulamentava o artigo do desenvolvimento urbano, inse-

rindo na Constituição. Para virar lei deveria, ainda, ser aprovado pela Câmara dos Deputados. Entretanto, a partir de forte oposição dos setores mais conservadores ligados à grande propriedade urbana, o projeto foi engavetado e lá se encontra até hoje.

Já o atual governo federal criou a Secretaria Nacional de Política Urbana que ignorou tudo o que foi discutido e elaborado durante anos e criou um novo projeto de lei que, além de sofrer continuas alterações, apenas estabelece diretrizes gerais para a política urbana.

Hoje, milhares de trabalhadores moram em favelas, cortiços e loteamentos clandestinos e precários, sem alternativas para melhoria destas condições, pois sua renda não permite o acesso a uma moradia digna. Esta situação piorou com o Plano Real, quando aumentaram as ações de despejo, uma vez que os aluguéis aumentaram abusivamente.

A questão dos sem-teto é uma das faces mais cruéis da política neoliberal, com reflexos somente comparáveis, por seu poder de distribuição de valores, à fome, desemprego e assistência à saúde. Ninguém pode ter o mínimo de tran-

quilidade se não dispuser de uma moradia, um teto. Hoje, milhões de brasileiros estão morando em subabitações e, mais que isso, na maior parte das vezes sujeito a despejos e à violência policial.

Atenta a esta grave questão social, Jussara Cony lutou pela formação da Subcomissão de Habitação da Assembleia Legislativa, presidida pelo deputado Vieira da Cunha, da qual é relatora. Este é agora o Fórum no Parlamento Gaúcho que vem procurando encaminhar negociações entre ocupantes, proprietários, agentes financeiros, Governo do Estado e dos Municípios.

DÉFICIT

Só na Capital, o déficit habitacional supera as 100 mil unidades. Enquanto isso, a Caixa Federal, no período compreendido entre 90 e 95, destinou apenas 323 milhões para o setor, o que equivale a so-

mente 15 mil casas e apartamentos para todo o Brasil. Mas, para bancos privados como o Econômico e o Nacional, o governo destinou 20 bilhões de reais, quantia que seria suficiente para a construção de mais de 929 mil moradias.

Como consequência disso tudo, as ocupações proliferam, assim como os despejos. Estima-se que mais de 100 ações de despejo sejam executadas diariamente no Estado.

PARQUE DOS MAYAS E JARDIM UMBU

A deputada Jussara Cony tem participado ativamente das negociações que envolvem as ocupações dos conjuntos residenciais Parque dos Mayas, em Porto Alegre e Jardim Umu, em Alvorada.

Como relatora da Subcomissão de Habitação, tem intercedido junto aos governos estadual e municipal, Guerino e Habitasul, no sentido de encontrar uma solução que atenda os interesses de mais de 1700 famílias de moradores dos apartamentos e terrenos do Parque dos Mayas e de 4 mil famílias do conjunto residencial Umu.

Cartilha sobre Habitação

Buscando esclarecer o leitor sobre aluguéis, construções em áreas de risco, cortiços, denúncia vazia e loteamentos clandestinos e irregulares, a deputada Jussara Cony elaborou a cartilha "Moradia, um Direito de Todos". Os diversos capítulos da cartilha apresentam – frente às distintas situações com que se defrontam os moradores – os meios legais e jurídicos que eles podem utilizar para resguardar os seus direitos, com base na atual legislação.

O objetivo principal da cartilha, segundo a deputada, é tornar-se uma ferramenta para a luta de milhares de sem-teto, ocupantes e inquilinos que lutam pelo mais elementar dos direitos humanos, que é o de morar.

A cartilha contém, também, endereços de entidades e órgãos públicos ligados à questão da moradia e está à disposição dos interessados no gabinete da deputada.



Recursos para desapropriação de áreas irregulares

Está tramitando na Assembleia Legislativa uma Proposta de Emenda à Constituição do Estado, de autoria da deputada Jussara Cony, que tem por objetivo garantir que o Estado invista 30% dos recursos destinados à política habitacional em desapropriações de áreas. Jussara ressalta que a atual Constituição estabelece que pelo menos 70% dos recursos do Estado em programas habitacionais sejam destinados para suprir a deficiência de moradia de famílias de baixa renda, não disciplinando a aplicação dos demais recursos para o setor. "A aprovação desta Emenda irá contribuir para amenizar a grande crise habitacional porque passa o País e o Estado, onde as áreas habitacionais irregulares crescem significativamente a cada dia".

Real é a falta de moradia

"O déficit habitacional vem aumentando. Hoje faltam 600 mil moradias no nosso Estado. Só em Porto Alegre a deficiência é de mais de 100 mil unidades. Os governos de Fernando Henrique Cardoso e Antônio Brito não apresentam uma política habitacional para o País e o Estado, mas recursos e programas não lhes faltam para o sistema financeiro privado. Como consequência deste descaso, agravam-se as condições de vida de milhares de trabalhadores com o desemprego e minguados salários, aumentando a legião de pessoas comuns que engrossam as filas dos sem-teto. Real mesmo é a falta de moradia."

David Fialkow Sobrinho – Presidente Municipal do PCdoB

"A área da habitação tem sido uma das grandes bandeiras de luta do mandato da deputada Jussara Cony, sempre presente quando chamada para intermediar negociações entre famílias que precisam morar, proprietários, municípios e Estado. O mandato do PCdoB tem se destacado na defesa dos menos favorecidos, buscando soluções,

através da Subcomissão de Habitação, para que o poder público assuma seu papel e cumpra os dispositivos conforme assegura a Constituição: 'Morar é um direito de todos'".

Pedro Dias – Vice-Presidente da UAMPA – União das Associações de Moradores de Porto Alegre.



"A partir da década de 60 o êxodo rural empurrou milhares de pessoas para Porto Alegre e cidades próximas, aumentando de forma assustadora a massa de marginalizados. Muitos não possuem sequer um teto. Outros moram em ocupações sujeitas a despejos e há, ainda, os que moram em subabitações, em situação de risco e de total comprometimento com a saúde. Faltam políticas sociais que possam resolver este grave problema. Para tanto, a reforma agrária e a reforma urbana são componentes de extrema importância. O gabinete da deputada Jussara Cony vem se destacando como elo de ligação entre a comunidade, entidades populares e poder público, na busca de soluções para os problemas da área da habitação."

Analia Sanches Dorneles – Presidente da UAME – União das Associações de Moradores de Esteio

40 HORAS

Mais emprego, mais vida para o povo

Com as presenças dos deputados federais Inácio Arruda (PC do B - CE) e Paulo Paim (PT - RS) foi lançada na Assembléia Legislativa no final do mês de março, a Campanha pela Redução da Jornada de Trabalho. A iniciativa foi da deputada Jussara Cony (PC do B) que, em conjunto com a Subcomissão de Desemprego, trouxe os dois autores da Proposta de Emenda Constitucional nº 231/95 que reduz a jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais.

Na ocasião, o deputado Paulo Paim afirmou que, para combater o desemprego no País, deveriam ser reduzidas as taxas de juros e a jornada de trabalho. Ele acrescentou que, na maioria dos países do mundo, a carga horária fica entre 36 e 40 horas. "Se reduzíssemos, aqui no Brasil, a jornada, seriam criados

três milhões de novos empregos, reativando o mercado interno".

Já Inácio Arruda disse que a onda de demissões que atinge, violentamente, os trabalhadores brasileiros requer uma providência urgente. O parlamentar comunista ressaltou que a experiência

mundial demonstra que a redução da carga horária e o aumento do pagamento das horas extras possibilita que os trabalhadores tenham menos horas trabalhadas proporcionando mais empregos para outras pessoas. Ele citou, como exemplo, a Alemanha, onde a população quer um limite, no máximo de 30 horas semanais, pois existe a convicção de que não há outro mecanismo para evitar a demissão em massa dos trabalhadores.

Os dois parlamentares foram unânimes ao afirmarem que a luta para diminuir a jornada de trabalho passa por uma grande mobilização dos trabalhadores num momento em que o governo está querendo acabar com todas as conquistas e garantias sociais.

Deputado Federal Inácio Servdal (PC do B) na ocasião do lançamento da Campanha pela redução da jornada de trabalho.



Ana Teresa Neto

SAÚDE: UM BEM QUE SE QUER

A preparação para a X Conferência Nacional de Saúde ocorre em um momento grave da nação brasileira onde a "onda neoliberal" que se sustenta no desmonte do estado nacional, na retirada das conquistas históricas dos trabalhadores e na restrição às liberdades democráticas, está inviabilizando o País.

O Sistema Único de Saúde, que surgiu de um amplo processo de debate e participação da sociedade brasileira, hoje se encontra inviabilizado face à criminosa política de desmonte do Estado, levada a efeito pelo projeto das elites. FHC e Antônio Brito, com apoio das maiorias legislativas, patrocinam reformas e programas que destroem as bases para qualquer perspectiva de desenvolvimento soberano e de garantia do Estado cumprindo com suas obrigações constitucionais.

É necessário, pois, participar ativamente do processo das Conferências Municipais e da Conferência Estadual rumo à X Conferência Nacional de Saúde, no enfrentamento a esse desmonte e às tentativas de reforma do SUS, reforçando o cumprimento do princípio básico de que "Saúde é um direito de todos e um dever do Estado" e atentando para a busca de solução de pontos essenciais para viabilizar a municipalização, como financiamento, repasse de recursos, política de recursos humanos, controle social e modelo de assistência que garanta a qualidade de vida.

E mais, conquistar nas pautas das Conferências a inclusão do tema "A Saúde da Mulher" e a necessidade do SUS absorver a implantação do Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM) para garantir políticas públicas que atendam às necessidades das mulheres em todas as etapas de suas vidas.

A participação ativa e organizada de amplos segmentos sociais é que determinará resultados na X Conferência Nacional de Saúde que garantam o SUS para que a população brasileira tenha dignidade no atendimento à sua saúde e para que se coloque em debate o papel do Estado, os direitos de cidadania e a soberania dessa nação que passa, sem dúvida, pelo nível de saúde de seu povo!

Jussara Cony

CAMPANHA:

Por um milhão de assinaturas

Com a redução da jornada de trabalho milhões de novas vagas para os trabalhadores desempregados serão criadas, o que seria uma medida mais do que social. Neste sentido, está em andamento em todo o País a campanha pela coleta de um milhão de assinaturas em apoio à emenda dos

deputados Inácio Arruda e Paulo Paim, que reduz a jornada de trabalho.

Aqui no Estado, o gabinete da deputada Jussara Cony já está coletando assinaturas. Os abaixo-assinados estão sendo distribuídos, também, para sindicatos e federações de

trabalhadores. O objetivo, segundo a deputada Jussara Cony é mobilizar os trabalhadores para a aprovação desta importante Emenda já que o desemprego atinge níveis absurdos em nosso País e a redução da jornada de trabalho em muito contribuiria para aumentar o número de vagas".

"É preciso que todos os sindicatos, de uma forma ampla, assumam a campanha da luta contra o desemprego e o abaixo-assinado para conseguir um milhão de assinaturas pelas 40 horas semanais. Com a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição dos Deputados Inácio Arruda e Paulo Paim cerca de três milhões de novos empregos poderão ser gerados".

Sérgio Matte - Presidente da Federação dos Metalúrgicos do RS.



"A redução da jornada de trabalho, sem redução de salário é, no momento político atual, a principal luta dos trabalhadores para combater o desemprego que atinge mais de 650 mil trabalhadores em nosso Estado. Diante disto, é de fundamental importância darmos todo apoio ao projeto de lei dos deputados Inácio Arruda (PC do B) e Paulo Paim (PT) que trata sobre a redução da jornada para 40 horas semanais e fixa o adicional da hora extra em 75%".

Guiomar Vidor - Presidente em exercício da Federação dos Trabalhadores no Comércio do RS.